



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 NÚMERO DO PROCESSO: Processo licitatório nº 101/2026.

#### 1.2 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto do Lontra, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais e demais insumos necessários à execução dos serviços, em vias, praças, parques, espaços públicos e demais locais integrantes da rede municipal de iluminação pública, com adoção do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto incidente sobre os preços constantes da Tabela SINAPI vigente, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório.

### 2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SERVIDOR: Tarcisio da Rosa / Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

SERVIDOR: Bruno Luiz de Campos / Departamento de Urbanismo

### 3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

Aplica-se a este ETP o Decreto nº. **707, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024**, que disciplina sobre o procedimento e critérios de julgamento de menor preço e maior desconto, e dá outras providências”

Aplica-se a este ETP a nova lei de licitações 14.133 de DE 1º DE ABRIL DE 2021 que disciplina sobre o estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

### 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA



A presente contratação tem por finalidade assegurar a manutenção preventiva, corretiva e a realização de melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto do Lontra, garantindo o adequado funcionamento da infraestrutura de iluminação instalada em vias públicas, praças, parques, espaços comunitários e demais áreas de uso coletivo.

A iluminação pública constitui serviço essencial à população, diretamente relacionado à segurança pública, à mobilidade urbana, à acessibilidade, ao desenvolvimento das atividades econômicas e à qualidade de vida dos munícipes. A ocorrência de falhas, defeitos ou interrupções no sistema compromete a segurança de pedestres e motoristas, aumenta a sensação de insegurança e prejudica a utilização dos espaços públicos durante o período noturno.

O Município possui a responsabilidade pela gestão, manutenção, ampliação e modernização do parque de iluminação pública, sendo necessária a realização contínua de serviços especializados para atendimento das demandas existentes e futuras. Tais serviços envolvem a substituição de luminárias, relés, braços, conectores, cabos, reatores, postes e demais componentes, bem como a execução de instalações, reparos e melhorias necessárias ao adequado funcionamento do sistema.

Considerando a necessidade de atendimento célere das ocorrências registradas pela população, bem como a exigência de mão de obra especializada, equipamentos específicos, veículos adequados, ferramentas e observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis ao setor elétrico, verifica-se que a execução indireta mostra-se a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa para a Administração.

A adoção do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre os preços constantes da Tabela SINAPI possibilita maior transparência, padronização e economicidade na contratação, uma vez que os serviços e materiais serão remunerados com base em referência oficial amplamente utilizada pela Administração Pública, assegurando maior controle dos custos e adequada formação dos preços.

Dessa forma, a contratação pretendida busca garantir a continuidade, eficiência, segurança e qualidade dos serviços de iluminação pública prestados à população, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração Municipal.

## **5. ÁREA REQUISITANTE**



ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças	Tarcisio da Rosa
Departamento de Urbanismo	Bruno Luiz de Campos

## 6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá contemplar a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto do Lontra, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

A contratada deverá possuir qualificação técnica compatível com a complexidade do objeto, mediante comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de serviços de manutenção de sistemas de iluminação pública e/ou instalação e manutenção de luminárias com tecnologia LED.

Deverá ser comprovado registro da empresa e do responsável técnico junto ao Conselho Profissional competente, bem como a disponibilidade de profissional legalmente habilitado para acompanhamento e responsabilidade técnica dos serviços executados.

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica devidamente capacitada para trabalhos em redes de energia elétrica, observando as exigências das Normas Regulamentadoras NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura), bem como demais normas técnicas e de segurança aplicáveis à atividade.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, procedimentos da Companhia Paranaense de Energia – COPEL e demais legislações pertinentes.

Os materiais empregados na execução dos serviços deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas exigidas para o sistema de iluminação pública, observando as normas técnicas vigentes e, quando aplicável, certificação e selo de conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.



A contratada deverá disponibilizar veículos, equipamentos, ferramentas e dispositivos de segurança necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pelo transporte de pessoal, materiais e equipamentos, bem como pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC exigidos pela legislação vigente.

Os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando a legislação ambiental aplicável, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), bem como as normas dos órgãos ambientais competentes.

A presente contratação possui natureza continuada, nos termos do artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de manutenção da iluminação pública atendem necessidade permanente da Administração Municipal, sendo indispensáveis para a segurança da população, mobilidade urbana, utilização dos espaços públicos e regular funcionamento da infraestrutura municipal. Sua interrupção poderá causar prejuízos à prestação dos serviços públicos e ao interesse coletivo.

Considerando o caráter permanente da necessidade administrativa e visando garantir maior eficiência operacional, economicidade e continuidade da prestação dos serviços, a vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais.

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Foi realizado levantamento de mercado visando identificar soluções disponíveis para atendimento da necessidade da Administração Municipal, bem como verificar a existência de fornecedores aptos à execução dos serviços de manutenção, implantação e expansão do sistema de iluminação pública.

A pesquisa contemplou consultas a contratações realizadas por outros órgãos públicos, incluindo os Municípios de São Lourenço do Oeste/SC e Tupãssi/PR, além da obtenção de informações junto a empresas especializadas que atuam no segmento de iluminação pública e serviços elétricos.



Verificou-se que a solução amplamente adotada pelos entes públicos consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública, utilizando como referência os preços constantes da Tabela SINAPI e adotando como critério de julgamento o maior percentual de desconto sobre os valores referenciais.

O levantamento demonstrou a existência de diversas empresas aptas a executar o objeto pretendido, evidenciando a viabilidade da competição e a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado regional. Também foram identificados contratos semelhantes celebrados por outros municípios, demonstrando que a solução pretendida é usual, consolidada e amplamente utilizada pela Administração Pública.

A utilização da Tabela SINAPI como referência para os materiais e serviços proporciona maior transparência, padronização dos preços, facilidade de fiscalização e segurança na formação dos custos da contratação, permitindo que a disputa ocorra por meio da oferta de desconto percentual uniforme sobre os valores referenciais.

Diante das informações obtidas, conclui-se que o mercado possui capacidade suficiente para atender à demanda do Município, sendo a contratação de empresa especializada, mediante aplicação de desconto sobre os preços referenciais da Tabela SINAPI, a alternativa mais adequada para garantir a continuidade, eficiência e economicidade dos serviços de iluminação pública.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução dos serviços de implantação, expansão, manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto do Lontra, mediante remuneração baseada nos preços referenciais constantes da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), adotando-se como critério de julgamento o maior percentual de desconto incidente sobre os valores de referência.

Em atendimento aos princípios do planejamento, eficiência e busca da solução mais vantajosa para a Administração Pública, foram analisadas alternativas capazes de atender à necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar.



Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de execução direta dos serviços pelo próprio Município, mediante aquisição dos materiais necessários e utilização de servidores e estrutura própria. Todavia, essa alternativa mostrou-se inadequada diante da necessidade permanente de disponibilização de profissionais qualificados, equipamentos específicos, veículos apropriados para trabalhos em altura, ferramentas especializadas, treinamentos periódicos, fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva, além dos elevados custos administrativos e operacionais necessários para manutenção de estrutura própria apta ao atendimento das demandas do sistema de iluminação pública.

Também foi analisada a possibilidade de realização de contratações independentes para fornecimento dos materiais e para execução dos serviços de manutenção. Entretanto, verificou-se que essa solução poderia acarretar dificuldades operacionais relacionadas à coordenação dos serviços, aumento dos custos administrativos de fiscalização, necessidade de gerenciamento simultâneo de contratos distintos, além de potenciais conflitos quanto à responsabilização por falhas decorrentes de materiais ou da execução dos serviços.

Na experiência deste ente público, a contratação de fornecedores distintos para atividades diretamente relacionadas à manutenção da iluminação pública tende a gerar dificuldades na definição de responsabilidades, atrasos na solução das ocorrências registradas, maior demanda de fiscalização e aumento dos custos indiretos da gestão contratual, comprometendo a eficiência e a celeridade necessárias ao adequado atendimento das necessidades da população.

Diante das alternativas analisadas, concluiu-se que a contratação integrada de empresa especializada representa a solução mais adequada para atendimento do interesse público, por possibilitar maior eficiência operacional, centralização das responsabilidades, simplificação da fiscalização contratual e maior agilidade na execução das intervenções necessárias ao funcionamento do sistema de iluminação pública municipal.

A contratação abrangerá o fornecimento dos materiais necessários à manutenção, modernização e ampliação da rede de iluminação pública, bem como a disponibilização de mão de obra especializada, veículos, equipamentos, ferramentas, dispositivos de segurança e demais recursos indispensáveis à execução dos serviços.

A solução contempla, entre outras atividades, a substituição de luminárias, relés fotoelétricos, braços, conectores, cabos, suportes e demais componentes do sistema, bem como a realização de instalações, ampliações, adequações, melhorias e demais intervenções necessárias para assegurar o adequado funcionamento da infraestrutura de iluminação pública municipal.



A utilização da Tabela SINAPI como referência para formação dos preços dos materiais e serviços mostra-se adequada em razão de sua ampla utilização pela Administração Pública, proporcionando maior transparência, segurança jurídica, padronização dos critérios de medição e remuneração, além de facilitar os procedimentos de fiscalização e controle da execução contratual.

A adoção do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre os preços referenciais da Tabela SINAPI também se revela vantajosa, uma vez que permite à Administração beneficiar-se das atualizações periódicas dos preços de mercado promovidas pelo sistema de referência, reduzindo a necessidade de constantes revisões de planilhas e garantindo maior aderência dos valores contratados à realidade econômica durante a execução contratual.

A solução proposta ainda contribui para a observância dos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais, a preservação do patrimônio público, a melhoria das condições de segurança da população e o adequado funcionamento da infraestrutura urbana municipal.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução dos serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública, mediante aplicação de desconto sobre os preços referenciais da Tabela SINAPI, constitui a solução técnica e economicamente mais vantajosa para o Município, mostrando-se plenamente apta ao atendimento das necessidades identificadas neste Estudo Técnico Preliminar.

## **9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

Considerando que a contratação será realizada mediante aplicação de desconto sobre os valores constantes da Tabela SINAPI, envolvendo serviços e materiais cujas demandas dependem da ocorrência de manutenções corretivas, preventivas, ampliações e melhorias do Sistema de Iluminação Pública, não é possível determinar previamente, com precisão, os quantitativos exatos de cada item que será utilizado durante a execução contratual.

Dessa forma, a estimativa foi realizada com base no histórico de consumo do Município, nas demandas recorrentes de manutenção da rede de iluminação pública, na necessidade de





reposição de materiais, na expansão do sistema e na previsão de atendimento das solicitações da população ao longo da vigência contratual.

Para atendimento das necessidades da Administração Municipal, foram estimados os seguintes valores para contratação:

- **Item 01 – Fornecimento de materiais para implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública:** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- **Item 02 – Prestação de serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública:** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Os valores estimados foram definidos considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de iluminação pública durante toda a vigência contratual, proporcionando margem suficiente para atendimento das demandas ordinárias e eventuais intervenções necessárias na infraestrutura municipal.

Ressalta-se que os valores estimados possuem caráter meramente referencial e representam o limite máximo de contratação, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da Administração, que realizará as contratações conforme sua efetiva necessidade e disponibilidade orçamentária.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi estabelecida em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), distribuídos da seguinte forma:

- **Lote 01 – Fornecimento de materiais para implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública:** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- **Lote 02 – Prestação de serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública:** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Considerando que o critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto incidente sobre os preços constantes da Tabela SINAPI vigente, os valores unitários de referência dos materiais e serviços serão aqueles estabelecidos na respectiva tabela oficial, observada a versão vigente na data definida no edital.

Para subsidiar a presente contratação, foi realizada pesquisa de mercado mediante consulta a contratações similares promovidas por outros entes públicos e obtenção de orçamentos junto a empresas do ramo, não com a finalidade de formação dos preços unitários dos itens,





mas para aferição dos percentuais de desconto praticados pelo mercado em contratações da mesma natureza.

A análise das informações obtidas demonstrou a viabilidade da adoção do critério de julgamento por maior desconto sobre a Tabela SINAPI, permitindo à Administração estabelecer percentual mínimo de desconto compatível com a realidade de mercado e apto a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa.

Os valores estimados possuem caráter referencial e representam o limite máximo previsto para contratação durante a vigência contratual, sendo que a remuneração da contratada ocorrerá mediante aplicação do desconto ofertado sobre os preços constantes da Tabela SINAPI vigente à época da execução dos serviços ou fornecimento dos materiais.

## 11. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública. Todavia, a mesma legislação permite a adoção de solução integrada quando devidamente justificada sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

Após análise da necessidade administrativa, verificou-se que a contratação pretendida envolve atividades diretamente interdependentes, abrangendo tanto o fornecimento dos materiais quanto a execução dos serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública municipal.

Embora o processo licitatório contemple dois lotes distintos para fins de organização orçamentária e operacional, correspondentes aos materiais e aos serviços, a solução pretendida possui caráter integrado, uma vez que a adequada execução dos serviços depende diretamente da disponibilidade e compatibilidade dos materiais empregados, bem como da responsabilidade unificada pela qualidade dos serviços executados.

Na experiência deste ente público, a contratação de fornecedores distintos para fornecimento dos materiais e execução dos serviços tende a gerar dificuldades na gestão contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades por falhas na execução, atrasos decorrentes da indisponibilidade de materiais, divergências quanto à qualidade dos insumos empregados e dificuldades na apuração de eventuais defeitos ou vícios identificados durante a manutenção do sistema de iluminação pública.



Ainda na experiência deste ente, a existência de múltiplos contratados para atividades complementares acarreta maior demanda de fiscalização, necessidade de acompanhamento simultâneo de contratos distintos e aumento dos custos administrativos relacionados à gestão contratual, circunstâncias que podem comprometer a eficiência e a celeridade necessárias ao atendimento das demandas da população.

A execução integrada por uma única contratada proporciona maior eficiência operacional, melhor gerenciamento contratual, redução de riscos de descontinuidade dos serviços, padronização dos procedimentos executivos e atribuição clara das responsabilidades técnicas e contratuais, permitindo que a Administração identifique de forma imediata o responsável por eventual falha na execução do objeto.

Além disso, considerando que o critério de julgamento adotado será o maior percentual de desconto incidente sobre os preços constantes da Tabela SINAPI, tanto para materiais quanto para serviços, a modelagem proposta não restringe a competitividade do certame, uma vez que o mercado regional e estadual possui empresas com capacidade técnica e operacional para executar integralmente o objeto contratado.

A solução adotada observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como o dever de motivação das decisões administrativas, demonstrando que a adjudicação conjunta dos lotes decorre de razões técnicas e operacionais devidamente justificadas.

Dessa forma, considerando as características do objeto, a interdependência entre os materiais e os serviços e a experiência acumulada pela Administração Municipal na gestão do sistema de iluminação pública, conclui-se que a adjudicação conjunta dos lotes mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração, razão pela qual a contratação será realizada mediante seleção de uma única empresa responsável pela execução integral do objeto.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes cuja celebração constitua condição indispensável para a execução do objeto pretendido.



A contratação em questão possui autonomia operacional e administrativa, sendo suficiente para atender às necessidades relacionadas à implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública municipal.

Eventuais aquisições ou contratações futuras relacionadas à ampliação da infraestrutura urbana, pavimentação de vias públicas, implantação de loteamentos, construção de praças, parques ou demais equipamentos públicos poderão gerar demandas adicionais de iluminação pública, porém tais situações não constituem requisito prévio ou condição necessária para a execução do objeto da presente contratação.

Ressalta-se que a presente contratação foi planejada para permitir o atendimento das demandas ordinárias e extraordinárias do sistema de iluminação pública municipal durante sua vigência, de forma independente e sem necessidade de contratações complementares vinculadas ao seu regular funcionamento.

Dessa forma, conclui-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes que possam influenciar ou condicionar a execução do objeto pretendido.

### **13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente contratação encontra-se alinhada com os instrumentos de planejamento e orçamento do Município, uma vez que os serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública estão relacionados às ações permanentes de manutenção da infraestrutura urbana e prestação de serviços públicos essenciais à população.

Embora o Plano de Contratações Anual – PCA referente ao exercício em questão ainda esteja em fase de elaboração e consolidação pelos setores competentes da Administração Municipal, a necessidade da contratação encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, que contemplam ações voltadas à manutenção dos serviços públicos, melhoria da infraestrutura urbana, segurança da população e conservação do patrimônio público.

A contratação mostra-se compatível com o planejamento estratégico da Administração Municipal e com os objetivos institucionais voltados à garantia da continuidade e eficiência dos serviços públicos essenciais, especialmente aqueles relacionados à iluminação pública.

Além disso, trata-se de demanda permanente e previsível da Administração, indispensável para assegurar o adequado funcionamento do sistema de iluminação pública municipal, razão pela qual sua realização encontra amparo nas peças de planejamento orçamentário vigentes



e será oportunamente compatibilizada com o Plano de Contratações Anual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a contratação está alinhada ao planejamento governamental e orçamentário do Município, atendendo ao interesse público e às necessidades administrativas identificadas neste Estudo Técnico Preliminar.

#### **14. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a presente contratação, pretende-se garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública municipal, assegurando o adequado funcionamento da infraestrutura instalada em vias públicas, praças, parques, espaços comunitários e demais áreas de uso coletivo.

Busca-se selecionar proposta que proporcione a maior vantajosidade para a Administração Pública, mediante a aplicação de desconto sobre os preços referenciais da Tabela SINAPI, promovendo a economicidade dos recursos públicos sem prejuízo da qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados.

Pretende-se, ainda, proporcionar maior agilidade no atendimento das demandas de manutenção corretiva e preventiva, reduzindo o tempo de resposta às ocorrências registradas pela população e minimizando períodos de interrupção do funcionamento da iluminação pública.

Como resultado da contratação, espera-se melhorar as condições de segurança da população, contribuir para a mobilidade urbana, ampliar a utilização dos espaços públicos no período noturno e promover a adequada conservação do patrimônio público municipal.

Também se pretende obter maior eficiência na gestão contratual, mediante a contratação de empresa especializada responsável pela execução integrada do objeto, reduzindo conflitos de responsabilidade, simplificando a fiscalização e proporcionando maior controle sobre os serviços executados.

Por fim, espera-se assegurar a observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis ao setor, garantindo a adequada prestação dos serviços durante toda a vigência contratual e o atendimento do interesse público envolvido.

#### **15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**



Para a adequada execução da contratação, a Administração Municipal deverá adotar as providências administrativas necessárias ao acompanhamento e fiscalização contratual, incluindo a designação de gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Também deverão ser mantidos os procedimentos internos de recebimento, registro e encaminhamento das solicitações de manutenção da iluminação pública, de modo a possibilitar o adequado controle das demandas e o acompanhamento da execução dos serviços contratados.

A Secretaria responsável deverá disponibilizar à contratada as informações necessárias para identificação dos locais de intervenção, bem como promover a fiscalização dos serviços executados e dos materiais empregados, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

Considerando as características do objeto, não se vislumbra a necessidade de realização de obras, reformas, adequações físicas, aquisição de equipamentos adicionais ou alterações estruturais nas instalações da Administração Municipal para viabilizar a execução da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a estrutura administrativa atualmente existente é suficiente para absorver a contratação pretendida, sendo necessárias apenas as medidas ordinárias de gestão e fiscalização contratual previstas na legislação vigente.

## **16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A execução do objeto poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, principalmente em decorrência da substituição de componentes do sistema de iluminação pública, tais como lâmpadas, luminárias, relés fotoelétricos, cabos, conectores e demais materiais elétricos que, ao final de sua vida útil, passam a constituir resíduos que demandam destinação ambientalmente adequada.

Em razão disso, a contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental aplicável, especialmente os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), promovendo o correto acondicionamento, transporte, reaproveitamento, reciclagem ou destinação final dos resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual.



Os materiais empregados deverão atender às normas técnicas aplicáveis e, quando exigível, possuir certificação dos órgãos competentes, contribuindo para a durabilidade dos componentes, redução da geração de resíduos e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública.

Sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, deverão ser priorizados materiais e equipamentos com maior eficiência energética e vida útil prolongada, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica e dos impactos ambientais associados à operação do sistema.

Diante das características da contratação, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da execução do objeto são controláveis e passíveis de mitigação mediante o cumprimento da legislação ambiental vigente, das normas técnicas aplicáveis e das medidas de sustentabilidade previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

## 17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à identificação da necessidade administrativa, análise das soluções disponíveis no mercado, definição dos requisitos da contratação, estimativa de valores, avaliação dos aspectos técnicos, operacionais e orçamentários, conclui-se que a contratação pretendida é **VIÁVEL** sob os aspectos técnico, operacional, econômico e orçamentário.

Verificou-se que a solução proposta atende adequadamente às necessidades da Administração Municipal, mostrando-se apta a garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante do exposto, esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** a realização da contratação, recomendando o prosseguimento do processo licitatório para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

### ASSINATURAS:

**Tarcisio da Rosa**

**Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças**

**Bruno Luiz de Campos**

**Departamento de Urbanismo**

*Administração Municipal*

**Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná**